



Relatório de Gestão  
Exercício de 2022

Funchal, 15 de março de 2023

## PARECER DA GERÊNCIA

A Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda. (“Emacom”), foi constituída em 18 de agosto de 1998, e tem por objeto a instalação e exploração de sistemas de telecomunicações de redes digitais de banda larga a operadores de telecomunicações.

Foi assim definido que a Emacom cumprirá um papel essencial no negócio das telecomunicações associado às atividades do Grupo EEM, através da implementação de uma estratégia de desenvolvimento da sua atividade, visando otimizar e maximizar a rentabilidade da sua rede.

Neste enquadramento, nos últimos anos foram assinados vários contratos de prestação de serviços de comunicações de alto débito, sendo que, a 31 de dezembro de 2022, encontravam-se ativos um total de 276 circuitos de diferentes tipologias, nomeadamente: “E1”, “3\*2 Mbps” e “STM-1” e a 40 mbps na tecnologia Metro Ethernet.

No ano de 2022, as Vendas e serviços prestados, ascenderam a Eur 1.585.543,74 (2021: 1.381.447,57), registando-se uma evolução positiva de 14,8%, relativamente a 2021. Este aumento de atividade registado no ano de 2022, decorre essencialmente, dos proveitos resultantes nas áreas do aluguer de circuitos de fibra ótica e dos cabos submarinos de telecomunicações de elevada capacidade, cuja entrada operacional em atividade, ocorreu no 2º trimestre de 2022. Esta performance, traduz a consolidação das atividades da Empresa num ambiente muito concorrencial e agressivo.

No que respeita às vendas e prestações de serviços de comunicações, alcançaram Eur 829.021,73 (2021: 776.139,21), superiores em 6,8%, face aos valores registados no ano anterior.

Os proveitos resultantes da operacionalidade e manutenção de redes privadas, ascenderam no exercício a Eur 220.680,48, valor em linha com o do ano anterior.

O serviço de “*contact center*” serve de plataforma de atendimento aos clientes de energia da EEM, encontrando-se disponível 365 dias no ano, das 8h às 24h, e caracteriza-se por uma múltipla disponibilidade de funções, capazes de assegurar as exigências de regulação e dos níveis de qualidade de serviço.

No ano de 2022, o “*contact center*” estabeleceu 288.364 atendimentos, estruturados pelas diferentes áreas de leituras, faturação, contratação, avarias e atendimento geral. As Vendas e

Prestações de Serviços da área de “*contact center*” atingiram Eur 334.764,41 (2021: 328.017,83).

Conforme estabelecido pelo Regulamento da Qualidade de Serviço do Sistema Energético (RQS), através do Artigo 46.º, cada operador deverá providenciar um meio de atendimento telefónico. No seguimento do mencionado na análise aos indicadores gerais, o atendimento telefónico registou, no ano 2022, um número muito significativo de chamadas recebidas, passando a ser o canal de comunicação mais utilizado pelos clientes da EEM. De facto, desde 2020, que se constata que o número de contactos estabelecidos pelo “*contact center*” é, sensivelmente, o dobro dos verificados nos anos pré pandemia, nomeadamente, em 2019, o que determinou o reforço da equipa afeta ao “*contact center*”.

À semelhança do que ocorre nas restantes atividades da Emacom, este projeto tem também como objetivo disponibilizar a todas as empresas da Região Autónoma da Madeira um serviço de “*contact center*”, abrindo-se assim uma janela de oportunidade para a originação de outras áreas de negócios.

No que respeita à área dos cabos submarinos de telecomunicações de elevada capacidade, com a entrada em atividade operacional do “Cabo *Ellalink*”, no 2º trimestre de 2022, foi possível alcançar nos primeiros 9 meses do ano, proveitos na ordem dos Eur 132.996,00.

A evolução registada no total de custos em 2022, está diretamente relacionada com a recente diversificação de atividades que a sociedade tem vindo a implementar, nomeadamente, nas componentes de “*Opex*” da área dos cabos submarinos de telecomunicações de elevada capacidade, sendo que no exercício, os custos totais, incluindo impostos, ascenderam a Eur 1.435.207,35 (2021: Eur 1.019.538,92), correspondente a um aumento de cerca de 40,8%. A estimativa para impostos no ano ascende a Eur 47.201,24 (2021: Eur 104.214,51), traduzindo-se numa redução de Eur 57.013,27, ou seja, -54,7%.

Até ao início de 2022, ao nível das telecomunicações, a Madeira apenas se encontrava interligada a Portugal Continental, através de um sistema submarino, designado de “CAM RING”, operado em regime de monopólio, o qual possui ligações aos cabos Atlantis II e Columbus III, que ficarão obsoletos a curto prazo, justificando, a necessidade de uma nova solução submarina para colmatar a conectividade futura da Região.

Esta situação de monopólio do operador incumbente, tinha vindo a restringir a existência de um ambiente capaz de potenciar novos projetos, inibindo o desenvolvimento de iniciativas por parte dos operadores concorrentes que estão no mercado, bem como a entrada de eventuais novos operadores no segmento residencial e fixo, privilegiando igualmente o desenvolvimento de outros serviços e negócios dependentes da conectividade.

Por outro lado, os reconhecidos elevados custos de acesso ao antigo sistema submarino, não obstante as recentes descidas impostas pelo Regulador, continuavam a impossibilitar o estabelecimento de um ambiente plenamente diversificado e competitivo, condicionando a alavancagem das principais tendências que impulsionam o mercado das telecomunicações.

Centrada como um operador de telecomunicações no mercado grossista de manutenção e aluguer de circuitos de fibra ótica e nos serviços de operação e de manutenção da rede privativa do Governo Regional, a Emacom considerou a oportunidade de participar no processo de implementação de uma nova ligação submarina ao Continente, como forma de alargar o seu portfólio de produtos e serviços no sector e ultrapassar os constrangimentos que o mercado regional das telecomunicações ainda apresenta.

A concretização desta nova ligação submarina irá igualmente promover, o estabelecimento das novas tendências no setor das Telecomunicações, como os serviços 5G, que potenciarão a massificação da IoT (Internet-of-Things) e o desenvolvimento das “smart cities”, alavancando a atratividade e proliferação de centros tecnológicos e a futura criação de um Data Center, posicionando a Emacom como um dos principais promotores de infraestruturas, que permitirá a entrega destes serviços de alta qualidade e “performance” num ambiente imparcial.

Por outro lado, a Região Autónoma da Madeira está hoje dotada de um instrumento que possibilitará a melhoria da competitividade e promoção dos sectores de tecnologias de informação e comunicação, através de uma melhor interligação entre as redes regionais, nacionais e internacionais de ensino, ciência, tecnologia e conhecimento, bem como a estimulação do crescimento económico regional com a atração de investimento nas áreas das TIC's.

Assim, no exercício de 2018, a Emacom celebrou um contrato com a Ellalink, com o objetivo de participar no lançamento de um cabo submarino de fibra ótica, que liga a América do Sul à Europa, concretamente Fortaleza a Sines. Nesse âmbito, a Emacom dispõe atualmente de um par de fibras óticas que, ligando o Funchal a Lisboa, passando por Sines, tem uma distância total de aproximadamente 1.100 Kms.

Em consonância com o cronograma financeiro definido para este importante projeto, foi investido até dezembro de 2022, o valor de Eur 13.050.000,00, repartido em cinco tranches e que foi inicialmente registado como ativo fixo tangível em curso, ao qual acresceram outros equipamentos, os custos financeiros, os estudos técnicos de assessoria e consultoria já realizados, no montante de Eur 2.050.328,65, para um investimento total, que a 31 de dezembro de 2022, ascende a Eur 15.100.328,65. Após o período de realização de uma exaustiva bateria de testes, por parte do fabricante ASN – Alcatel Submarine Networks, da Ellalink e da Emacom, as infraestruturas relacionados com o projeto do cabo submarino foram dadas como concluídas, iniciando-se a sua operacionalidade no decorrer do 2º trimestre do ano de 2022.

A necessária redundância a esta ligação tem vindo a ser estudada pela RAM, através da sua participação no Grupo de Trabalho, com representantes do Governo da República, dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores e da Anacom, que está a avaliar a substituição do atual anel “CAM-Ring” entre as Regiões Autónomas da Madeira e Açores com o Continente, estando prevista a incorporação do investimento realizado pela Emacom, no projeto do novo anel, sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal – IP Telecom. O cronograma elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído para o efeito, previa o início dos trabalhos em 2020, com o estudo da constituição de um novo operador, estimando-se a conclusão da instalação e a entrada em serviço do novo anel CAM em finais de 2023. No entanto, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho foram afetadas pela pandemia Covid-19, sendo que não foram cumpridos os prazos inicialmente definidos. Salienta-se que o fim de vida útil dos cabos atuais, o Atlantis II e o Columbus III é em finais de 2024. Importa referir que a iniciativa do novo anel entre o Continente, Madeira e Açores estava previsto nos Orçamentos de Estado para os anos de 2020, 2021 e 2022, sem, todavia, terem sido consignadas quaisquer verbas para os trabalhos a desenvolver, na medida em que o Grupo de Trabalho apontava para que a adjudicação da futura infraestrutura do novo anel fosse concluída até ao final de 2020, o que efetivamente não veio a acontecer. O facto de terem ocorrido eleições legislativas nacionais em janeiro 2022 e a consequente formação de novo executivo governativo, a qual apenas foi concretizada em março de 2022, bem como, as recentes alterações ocorridas na tutela exercida pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação, têm aportado uma certa indecisão ao normal desenvolvimento do projeto e do calendário de implementação previsto.

Em face, da firme manifestação de interesse apresentada pela Infraestruturas de Portugal, através da IP Telecom, em incluir no novo “CAM-Ring” o investimento já realizado pela Emacom no “Cabo *Ellalink*”, o valor de investimento passou a ser devidamente registado como Ativo não corrente detido para venda.

Em 2022, a Emacom manteve a sua oferta de serviços de telecomunicações, baseada numa rede constituída por um “*backbone*”, sobre a qual desenvolveu uma rede ativa baseada na tecnologia SDH utilizando “*Multiplexers cross-connect*”, com uma capacidade instalada de 155Mbit/s interligados em anel virtual, podendo evoluir para uma arquitetura híbrida, “*ring-mesh*” com capacidade de NxSTM1 até STM-4.

Esta tecnologia continua a ser o pilar essencial de sustentação da rede de telecomunicações da Emacom, dando-se especial importância na análise do desenvolvimento de redes FTTC/FTTB/FTTH e implementação de redes em tecnologia Metro Ethernet, para a introdução de novas valências ao nível das redes de acesso. No exercício de 2022, a Emacom consolidou e desenvolveu a sua rede de telecomunicações, garantindo uma cobertura mais eficaz e abrangente do território da Região Autónoma da Madeira.

A Emacom, na qualidade de empresa licenciada como Operador de Pontos de Carregamento (OPC) para a Mobilidade Elétrica, continuou, durante o ano de 2022, o seu trabalho e ação de modo a contribuir para a dinamização da aposta neste tipo de tecnologia a nível regional.

Em 2018, a Emacom deu início ao processo de atualização tecnológica de alguns dos seus Postos Públicos de Carregamento Normal mais antigos (2N - 2 tomadas tipo2, com 3,7 kW AC por tomada) por novos Postos (2SR - 2 tomadas tipo2, com 22 kW AC por tomada) mais modernos e potentes, em particular através da instalação adicional de um destes Postos no centro da cidade de Vila Baleira (Porto Santo) e de outro Posto semelhante, em substituição de um desatualizado, numa zona nobre da cidade do Funchal. Em 2019, foram instalados dois novos Postos de Carregamento Adicionais (2 conetores DC 50 kW e 1 tomada AC 22 kW), nos concelhos de Câmara de Lobos e de São Vicente. A Emacom viu renovado o contrato de operação e manutenção do único Posto Público de Carregamento Semirrápido (2SR - 2 tomadas tipo2, com 22 kW AC por tomada) existente nessa cidade e propriedade do Município de São Vicente.

Em suma, os bons resultados obtidos nas atividades da sociedade no exercício de 2022, possibilitaram a obtenção de um Resultado líquido positivo de Eur 174.233,51 (2021: Eur 387.716,33), o qual reflete, de forma apropriada, a consolidação do desempenho económico/financeiro da Emacom, sendo que a estimativa para impostos foi calculada em Eur 47.201,24 (2021: Eur 104.214,51).

### **Perspetivas futuras**

Não obstante o enquadramento macroeconómico ainda se manter um pouco imprevisível e bastante concorrencial, a verdade é que tendo em consideração a reconhecida qualidade e fiabilidade das infraestruturas disponibilizadas pela Emacom, é nossa perspetiva que, em 2023 será possível consolidar as atividades da Empresa, o que certamente se refletirá positivamente nas demonstrações financeiras da sociedade.

O crescimento das ofertas de banda larga, o aumento da velocidade da Internet e as recentes ofertas em pacote, têm implicado um aumento substancial da procura de capacidade nos cabos submarinos, por parte dos operadores de telecomunicações. Nesse sentido, a Emacom concretizou o investimento relativo à interligação por cabo submarino ótico de elevada capacidade, entre a Madeira e o Continente, alternativa e redundante à atualmente existente, que permite aportar maior capacidade, fiabilidade, segurança e competitividade ao negócio das telecomunicações, esperando-se que no ano de 2023 este cabo se constitua como uma alternativa efetiva para as telecomunicações existentes entre a Região Autónoma da Madeira e o Continente.

### **Nota Final**

A atividade económica global desacelerou nos primeiros meses de 2022, devido ao impacto da nova vaga da pandemia, num contexto de subida da inflação. No entanto, as medidas de controlo da pandemia tiveram uma repercussão negativa a moderada e de curta duração sobre o crescimento da economia mundial, comparativamente com o sucedido no passado recente.

A invasão da Ucrânia pela Rússia no final de fevereiro de 2022, implicou uma deterioração das perspetivas de crescimento da economia global no curto prazo e um aumento da pressão inflacionista. O conflito originou uma intensificação do crescimento dos preços do petróleo e do gás nos mercados internacionais, em virtude da importância da Rússia no abastecimento destas matérias-primas na Europa. Traduziu-se também num aumento da incerteza e do risco geopolítico, com efeitos negativos sobre os mercados financeiros e na confiança dos agentes económicos. A Rússia não é um parceiro comercial relevante de Portugal, mas o impacto indireto via economias da Europa Central e de Leste contribuiu para deteriorar o enquadramento externo. Adicionalmente, o conflito pode causar novas disrupções sobre as cadeias de valor globais, em particular das dependentes de matérias-primas da Rússia ou do transporte de mercadorias.

Mesmo neste cenário, marcado pela elevada incerteza associada ao evoluir da situação na Ucrânia, o Banco de Portugal (BdP) estima um crescimento significativo da economia portuguesa, projetando que o PIB tenha crescido 6,7% em 2022, recuperando assim dos efeitos negativos resultantes dos confinamentos associados à pandemia.

O aumento da inflação tem sido maior e mais persistente do que o inicialmente previsto, continuando a aumentar à escala global, atingindo valores que não eram observados na generalidade das economias avançadas desde a década de 80. Os dados provisórios de 2022, indicam uma taxa de inflação de 7,8% em Portugal, estimando-se para 2023 valores na ordem dos 5,5%.

A atividade económica irá também beneficiar com o aumento do recebimento de fundos da União Europeia no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Segundo dados do sector do turismo, as medidas de confinamento adotadas em muitos destinos turísticos, a par do sucesso das medidas de controlo da pandemia adotadas na RAM, que transmitiram uma imagem de segurança para o exterior, permitiram captar segmentos de mercado diferentes dos tradicionais, quer em termos de mercados emissores como em termos de faixas etárias, beneficiando em muito o sector económico mais relevante da região.

Não obstante, dentro de um quadro com elevada incerteza e tendo em atenção que não é possível mensurar impactos, muito dependentes da severidade e duração dos fatores externos, com os dados disponíveis ao momento, não se perspetivam efeitos que ponham em causa o equilíbrio financeiro da empresa.

### **Aplicação de Resultados**

A Gerência da Empresa propõe a seguinte aplicação para o Resultado líquido positivo no montante de Eur 174.233,51:

Resultados transitados: Eur 174.233,51.

A Gerência





**Emacom - Telecomunicações da  
Madeira, Unipessoal, Lda**  
Demonstrações Financeiras  
31 de dezembro de 2022 e 2021

Funchal, 15 de março de 2023

# Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda

## Balanço em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		Euros	Euros
<b>Activo Não Corrente</b>			
Activos fixos tangíveis	5	269 468,40	14 883 007,15
Activos intangíveis		-	-
Outros investimentos/activos financeiros	6	8 151,87	-
Diferimentos	9	<u>743 994,60</u>	<u>811 630,56</u>
<b>Total do Activo Não Corrente</b>		<u>1 021 614,87</u>	<u>15 694 637,71</u>
<b>Activo Corrente</b>			
Clientes	7	377 492,99	176 322,65
Estado e outros entes públicos	8	-	58 587,93
Outras contas a receber		2 648,19	1 825,38
Diferimentos	9	69 474,74	67 635,96
Activos não correntes detidos para venda	10	15 100 328,65	-
Caixa e depósitos bancários	4 e 11	<u>91 405,89</u>	<u>163 639,38</u>
<b>Total do Activo Corrente</b>		<u>15 641 350,46</u>	<u>468 011,30</u>
<b>Total do Activo</b>		<u>16 662 965,33</u>	<u>16 162 649,01</u>
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	12	49 879,79	49 879,79
Reserva legal	13	10 000,00	10 000,00
Resultados transitados	14	2 244 397,15	1 856 680,82
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	15	10 488,68	12 142,54
Resultado líquido do exercício		<u>174 233,51</u>	<u>387 716,33</u>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<u>2 488 999,13</u>	<u>2 316 419,48</u>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Diferimentos	9	<u>1 791 046,16</u>	<u>1 997 968,52</u>
<b>Total do Passivo Não Corrente</b>		<u>1 791 046,16</u>	<u>1 997 968,52</u>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	16	11 126,12	-
Estado e outros entes públicos	8	99 378,40	112 220,39
Financiamentos obtidos	17	11 600 000,00	11 150 000,00
Outras dívidas a pagar	18	90 943,04	156 368,14
Diferimentos	9	<u>581 472,48</u>	<u>429 672,48</u>
<b>Total do Passivo Corrente</b>		<u>12 382 920,04</u>	<u>11 848 261,01</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u>14 173 966,20</u>	<u>13 846 229,53</u>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<u>16 662 965,33</u>	<u>16 162 649,01</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE GERÊNCIA

# Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda

## Demonstração dos Resultados por Naturezas Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
		Euros	Euros
Vendas e serviços prestados	19	1 585 543,74	1 381 447,57
Fornecimentos e serviços externos	20	(775 474,42)	(282 853,81)
Gastos com o pessoal	21	(532 417,12)	(544 846,19)
Outros rendimentos	22	23 897,12	25 807,68
Outros gastos	23	<u>(3 586,49)</u>	<u>(7 807,16)</u>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b><u>297 962,83</u></b>	<b><u>571 748,09</u></b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	<u>(75 271,61)</u>	<u>(79 802,25)</u>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b><u>222 691,22</u></b>	<b><u>491 945,84</u></b>
Juros e rendimentos similares obtidos	25	-	-
Juros e gastos similares suportados	26	<u>(1 256,47)</u>	<u>(15,00)</u>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b><u>221 434,75</u></b>	<b><u>491 930,84</u></b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	27	<u>(47 201,24)</u>	<u>(104 214,51)</u>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b><u>174 233,51</u></b>	<b><u>387 716,33</u></b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE GERÊNCIA

Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda

Demonstração das Alterações no Capital Próprio  
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital realizado	Reserva legal	Resultados transitados	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultados líquido do exercício	Total	Total do capital próprio
<b>Posição em 1 de Janeiro de 2021</b>	<b>1</b>	<u>49 879,79</u>	<u>10 000,00</u>	<u>1 508 446,45</u>	<u>14 571,06</u>	<u>348 234,37</u>	<u>1 931 131,67</u>	<u>1 931 131,67</u>
<b>Alterações no período:</b>								
Subsídios ao investimento Líquido de imposto					(2 428,52)		(2 428,52)	(2 428,52)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>3</b>					<u>387 716,33</u>	<u>387 716,33</u>	<u>387 716,33</u>
<b>Rendimento integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>387 716,33</u>	<u>387 716,33</u>	<u>387 716,33</u>
<b>Operações com detentores de capital próprio no exercício:</b>								
Distribuição de lucros				0,00			0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício			0,00	348 234,37		(348 234,37)		
	5	0,00	0,00	348 234,37	0,00	(348 234,37)	0,00	0,00
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>6 = 1 + 2 + 3 + 5</b>	<u>49 879,79</u>	<u>10 000,00</u>	<u>1 856 680,82</u>	<u>12 142,54</u>	<u>387 716,33</u>	<u>2 316 419,48</u>	<u>2 316 419,48</u>
<b>Alterações no período:</b>								
Subsídios ao investimento Líquido de imposto					(1 653,86)		(1 653,86)	(1 653,86)
	7	0,00	0,00	0,00	(1 653,86)	0,00	(1 653,86)	(1 653,86)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>8</b>					<u>174 233,51</u>	<u>174 233,51</u>	<u>174 233,51</u>
<b>Rendimento integral</b>	<b>9 = 7 + 8</b>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>(1 653,86)</u>	<u>174 233,51</u>	<u>172 579,65</u>	<u>172 579,65</u>
<b>Operações com detentores de capital próprio no exercício:</b>								
Distribuição de lucros				0,00			0,00	0,00
Aplicação do resultado líquido do exercício				387 716,33		(387 716,33)		
	10	0,00	0,00	387 716,33	0,00	(387 716,33)	0,00	0,00
<b>Posição em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>11 = 6 + 7 + 8 + 10</b>	<u>49 879,79</u>	<u>10 000,00</u>	<u>2 244 397,15</u>	<u>10 488,68</u>	<u>174 233,51</u>	<u>2 488 999,13</u>	<u>2 488 999,13</u>

Para ser lido com as notas anexas às Demonstrações Financeiras

# Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda

## Demonstração Individual de Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em Euros)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Euros	Euros
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1 384 373,51	1 337 489,66
Pagamentos a fornecedores	(764 376,80)	(288 805,33)
Pagamentos ao pessoal e pensionistas	<u>(532 417,12)</u>	<u>(544 846,19)</u>
Caixa gerada pelas operações	<u>87 579,59</u>	<u>503 838,14</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(99 030,99)	(5 183,52)
Outros recebimentos/pagamentos	<u>62 778,93</u>	<u>(349 971,46)</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b><u>51 327,53</u></b>	<b><u>148 683,16</u></b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(564 152,77)	(3 729 787,59)
Activos financeiros	(8 151,78)	-
Empréstimos a sócios	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	-
Empréstimos a sócios	-	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b><u>(572 304,55)</u></b>	<b><u>(3 729 787,59)</u></b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos	450 000,00	3 650 000,00
Empréstimos a sócios	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(1 256,47)	(15,00)
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio - dividendos	-	-
Outras operações de financiamento	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b><u>448 743,53</u></b>	<b><u>3 649 985,00</u></b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)</b>	<b><u>(72 233,49)</u></b>	<b><u>68 880,57</u></b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b><u>163 639,38</u></b>	<b><u>94 758,81</u></b>
<b>Caixa e equivalentes no fim do exercício</b>	<b><u>91 405,89</u></b>	<b><u>163 639,38</u></b>

# Anexo

## 1 Identificação da entidade

A Emacom - Telecomunicações da Madeira, Unipessoal, Lda. (“Emacom”) foi constituída em 18 de agosto de 1998 e tem por objeto a instalação e exploração de sistemas de telecomunicações de redes digitais de banda larga a operadores de telecomunicações.

A Empresa é detida em 100% pela EEM- Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (“EEM”), com sede social na Avenida do Mar e das Comunidades Madeirenses, nº 32, na cidade do Funchal.

## 2 Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1 As demonstrações financeiras da Emacom, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pela Gerência da Empresa, no dia 15 de março de 2023, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo, no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as caraterísticas qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2022 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2021.

- 2.2 Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.
- 2.3 Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

## 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que a Gerência formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e

formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

#### a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa.

Os custos de assistência diária ou de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime de acréscimo.

A Empresa procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 10
Equipamento básico	8 a 20
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8

As vidas úteis, método de depreciação e valor residual dos bens são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

b) Impostos sobre o rendimento do exercício

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável (o qual difere do resultado contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas à data de balanço no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos somente quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis contra os quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que a Empresa:

Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes; e

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

c) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

d) Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.



e) Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

f) Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos, os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

g) Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, mesmo que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

#### h) Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

#### i) Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

#### j) Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

#### k) Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de março de 2023, data em que foram aprovadas pela Gerência conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

#### l) Instrumentos financeiros

A Empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Empresa mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A Empresa mensura os instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade quando satisfazem as seguintes condições:

- Seja à vista ou tenha uma maturidade definida;
- Os retornos para o seu detentor sejam (i) de montante fixo, (ii) de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante;
- Não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito)

#### m) Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

#### n) Instrumentos de capital

A Empresa reconhece instrumentos de capital próprio no capital próprio quando emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a pagar dinheiro ou entregar qualquer outro recurso em troca dos referidos instrumentos de capital próprio.

Quando os instrumentos de capital próprio forem emitidos antes dos recursos serem proporcionados, a Empresa apresenta a quantia a receber como dedução ao capital próprio.

Quando os recursos ou dinheiro forem recebidos antes da emissão de ações e a Empresa não puder ser obrigada a devolver tais recursos ou dinheiro, a Empresa reconhece um aumento de capital próprio até ao limite da quantia recebida.

Na data de aprovação das contas por parte da Gerência, esta não tem conhecimento de qualquer obrigação de entregar dinheiro ou qualquer outro ativo, por contrapartida destes instrumentos de capital nos próximos 12 meses.

### **3.3 Principais estimativas e julgamentos**

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A Gerência considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

#### *Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores*

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

#### *Impostos sobre os lucros*

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro ou seis anos (quatro anos a partir dos prejuízos gerados no período de 2011), no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O reconhecimento dos ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a existência de lucros tributáveis futuros.

### 3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não foram identificadas pela Gerência da Empresa situações que coloquem em causa a continuidade da Empresa.

### 3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

## 4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos, e considerados como gasto, como atividade de financiamento, sendo os juros capitalizados considerados como atividade de investimento.

4.1 A 31 de Dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

4.2 A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	91 405,89	163 639,38
Depósitos a prazo	-	-
	91 405,89	163 639,38

## 5 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

*(valores em euros)*

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Valor Bruto:</b>		
Edifícios e outras construções	83 919,28	71 605,07
Equipamento básico	881 238,99	881 238,99
Equipamento de transporte	21 692,27	21 692,27
Equipamento administrativo	49 498,60	47 408,54
Activos fixos tangíveis em curso	97 422,00	14 650 093,41
	1 133 771,14	15 672 038,28
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>		
Depreciação do período	(75 271,61)	(79 802,25)
Depreciação acumulada de períodos anteriores	(789 031,13)	(709 228,88)
Depreciação rectificações anos anteriores	-	-
Abates	-	-
	(864 302,74)	(789 031,13)
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>269 468,40</b>	<b>14 883 007,15</b>

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2022, são analisados como segue:

*(valores em euros)*

	Saldo inicial	Adições	Alienações	Activos classificados como detidos para venda	Rectificações	Saldo final
<b>Valor bruto:</b>						
Edifícios e outras construções	71 605,07	12 314,21				83 919,28
Equipamento básico	881 238,99	-				881 238,99
Equipamento de transporte	21 692,27	-				21 692,27
Equipamento administrativo	47 408,54	2 090,06				49 498,60
Activos fixos tangíveis em curso	14 650 093,41	547 657,24		(15 100 328,65)		97 422,00
	15 672 038,28	562 061,51	-	(15 100 328,65)	-	1 133 771,14
<b>Depreciação acumulada e imparidade</b>						
Edifícios e outras construções	(71 605,07)	(1 370,15)				(72 975,22)
Equipamento básico	(650 111,16)	(72 473,94)				(722 585,10)
Equipamento de transporte	(21 692,27)	-				(21 692,27)
Equipamento administrativo	(45 622,63)	(1 427,52)				(47 050,15)
	(789 031,13)	(75 271,61)	-	-	-	(864 302,74)
<b>Total</b>	<b>14 883 007,15</b>					<b>269 468,40</b>

A 31 de dezembro de 2022, foi transferido da rubrica Ativos fixos tangíveis em curso, o montante de Eur 15.100.328,65, para a rubrica Ativos não correntes detidos para venda, conforme apresentado em maior detalhe na nota 10.

## 6 Outros investimentos/ativos financeiros

A rubrica Outros investimentos/ativos financeiros no montante Eur 8.151,87, diz respeito à constituição, em 2022, do FCT – Fundo de Compensação do Trabalho.

## 7 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

*(valores em euros)*

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Valor Bruto:</b>		
Clientes c/c		
Gerais	269 216,73	176 322,65
Empresa-mãe	108 276,26	-
	377 492,99	176 322,65
<b>Imparidade acumulada</b>		
Perdas por imparidade do período	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-
	-	-
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>377 492,99</b>	<b>176 322,65</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias
Gerais	269 216,73	-	-
Empresa-mãe	108 276,26	-	-
	377 492,99	-	-

## 8 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Activo</b>		
Imposto sobre o rendimento	-	-
IVA a recuperar	-	58 587,93
Outros impostos	-	-
	-	58 587,93
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	41 995,64	99 030,99
Retenções de imposto sobre o rendimento	5 390,41	4 715,44
IVA a pagar	43 003,24	-
Outros impostos	203,56	-
Contribuições para a Segurança Social	8 785,55	8 473,96
	99 378,40	112 220,39

## 9 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Activo</b>		
<i>Gastos a reconhecer</i>	813 469,34	879 266,52
	813 469,34	879 266,52
<b>Passivo</b>		
<i>Rendimentos a reconhecer</i>	2 372 518,64	2 427 641,00
	2 372 518,64	2 427 641,00

A Emacom celebrou um contrato de prestação de serviços plurianual de aluguer de circuitos, com um operador de telecomunicações, tendo o correspondente valor sido pago antecipadamente. Assim a rubrica Rendimentos a reconhecer inclui o valor a registar em proveitos referente aos meses remanescentes. Esta rubrica inclui também o valor de Eur 1.710.868,64 referente à faturação do contrato celebrado entre a Emacom e o Governo Regional da RAM, por um prazo de 20 anos, valor já liquidado. A rubrica Gastos a reconhecer diz respeito a custos com a implementação relativa a este último contrato. Os proveitos e custos decorrentes deste contrato, serão reconhecidos linearmente no prazo contratual definido.

## 10 Ativos não correntes detidos para venda

No exercício de 2018, a Emacom celebrou um contrato com a Ellalink, com o objetivo de participar no lançamento de um cabo submarino de fibra ótica, que liga a América do Sul à Europa, concretamente Fortaleza a Sines. Nesse âmbito, a Emacom dispõe atualmente de um par de fibras óticas que, ligando o Funchal a Lisboa, passando por Sines, com uma distância total de aproximadamente 1.100 Kms.

Em consonância com o cronograma financeiro definido para este importante projeto, foi investido até dezembro de 2022, o valor de Eur 13.050.000,00, repartido em cinco tranches e que foi inicialmente registado como ativo fixo tangível em curso, ao qual acresceram outros equipamentos, os custos financeiros, os estudos técnicos de assessoria e consultoria já realizados, no montante de Eur 2.050.328,65, para um investimento total que, a 31 de dezembro de 2022, ascende a Eur 15.100.328,65. Após o período de realização de uma exaustiva bateria de testes, por parte do fabricante ASN – Alcatel Submarine Networks, da Ellalink e da Emacom, as infraestruturas relacionados com o projeto do cabo submarino foram dadas como concluídas, iniciando-se a sua operacionalidade no decorrer do 2º trimestre do ano de 2022.

A necessária redundância a esta ligação tem vindo a ser estudada pela RAM, através da sua participação no Grupo de Trabalho, com representantes do Governo da República, dos Governos Regionais da Madeira e dos Açores e da Anacom, que está a avaliar a substituição do atual anel “CAM-Ring” entre as regiões autónomas da Madeira e Açores com o Continente, estando prevista a incorporação do investimento realizado pela Emacom, no projeto do novo anel, sob a responsabilidade da Infraestruturas de Portugal – IP Telecom. O cronograma elaborado pelo Grupo de Trabalho constituído para o efeito, previa o início dos trabalhos em 2020, com o estudo da constituição de um novo operador, estimando-se a conclusão da instalação e a entrada em serviço do novo anel CAM em finais de 2023. No entanto, as atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho foram afetadas pela pandemia Covid-19, sendo que não foram cumpridos os prazos inicialmente definidos. Salienta-se que o fim de vida útil dos cabos atuais, o Atlantis II e o Columbus III é em finais de 2024. Importa referir que a iniciativa do novo anel entre o Continente, Madeira e Açores estava previsto nos Orçamentos de



Estado para os anos de 2020, 2021 e 2022, sem, todavia, terem sido consignadas quaisquer verbas para os trabalhos a desenvolver, na medida em que o Grupo de Trabalho apontava para que a adjudicação da futura infraestrutura do novo anel fosse concluída até ao final de 2020, o que efetivamente não veio a acontecer. O facto de terem ocorrido eleições legislativas nacionais em janeiro 2022 e a consequente formação de novo executivo governativo, a qual apenas foi concretizada em março de 2022, bem como, as recentes alterações ocorridas na tutela exercida pelo Ministério das Infraestruturas e Habitação, têm aportado uma certa indecisão ao normal desenvolvimento do projeto e do calendário de implementação previsto.

No entanto, em face, da firme manifestação de interesse apresentada pela Infraestruturas de Portugal, através da IP Telecom, em incluir no novo “CAM-Ring” o investimento já realizado pela Emacom no “Cabo *Ellalink*”, o valor de investimento passou a ser devidamente registado como Ativo não corrente detido para venda.

## **11 Caixa e depósitos bancários**

O valor incluído nesta rubrica diz respeito a depósitos à ordem em Instituições bancárias.

## **12 Capital subscrito**

O capital social de Eur 49.879,79 é representado por 1 quota, encontrando-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2022.

A Empresa é detida em 100% pela EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A..

## **13 Reserva legal**

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Durante o período a reserva não foi reforçada, pelo facto de já cumprir o valor legalmente exigido.

## **14 Resultados transitados**

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido do exercício anterior no montante de Eur 387.716,33, conforme deliberação tomada pelo acionista em Assembleia Geral, no dia 27 de maio de 2022.

## 15 Ajustamentos/outras variações no capital próprio

A rubrica Ajustamentos/outras variações no capital próprio é analisada como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Subsídios	12 296,24	15 370,31
Imposto associado a subsídios	(1 807,56)	(3 227,77)
	10 488,68	12 142,54

A rubrica Subsídios diz respeito a subsídios não reembolsáveis recebidos em 2019, no montante Eur 24.592,52, que serão reconhecidas em função da vida útil de 8 anos considerada para os ativos. O imposto associado a subsídios, respeita esse mesmo princípio e foi calculado considerando a taxa de IRC de 14,7%.

## 16 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores c/c		
Gerais	5 463,87	-
Empresa-mãe	5 662,25	-
Empresas do Grupo	-	-
	11 126,12	-

## 17 Financiamentos obtidos

A rubrica Financiamentos obtidos diz respeito ao valor utilizado referente a uma linha de financiamento, contraída pela Emacom junto do Banco Eurobic, para fazer face ao investimento relacionado com o projeto de lançamento de um cabo submarino de fibra ótica.

## 18 Outras dívidas a pagar

A rubrica Outras dívidas a pagar é analisada como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Corrente</b>		
Fornecedores de investimentos	6 588,00	90 958,97
Credores por acréscimos de gastos	19 846,43	4 720,72
Outros devedores	1 811,56	-
Pessoal	62 697,05	60 688,45
	90 943,04	156 368,14

O valor de Credores por acréscimo de gastos, refere-se a gastos do exercício, faturados no exercício seguinte.

## 19 Vendas e serviços prestados

No ano de 2022, as Vendas e serviços prestados, ascenderam a Eur 1.585.543,74 (2021: 1.381.447,57), registando-se uma evolução positiva de 14,8%, relativamente a 2021.

No que respeita às vendas e prestações de serviços de comunicações, ascenderam a Eur 829.021,73 (2021: 776.139,21), superiores em 6,8%, face aos valores registados no ano anterior.

Os proveitos decorrentes da operacionalidade e manutenção de redes privadas, ascenderam a Eur 220.680,48.

No ano de 2022, o “contact center” estabeleceu 288.364 contactos, estruturados pelas diferentes áreas de leituras, faturação, contratação, avarias e atendimento geral. As Vendas e Prestações de Serviços da área de “contact center” atingiram Eur 334.764,41 (2021: 328.017,83).

No que respeita à área dos cabos submarinos de telecomunicações de elevada capacidade, com a entrada em atividade operacional do “Cabo *Ellalink*”, no 2º trimestre de 2022, foi possível alcançar nos primeiros 9 meses do ano, proveitos na ordem dos Eur 132.996,00.

## 20 Fornecimentos e serviços externos

No ano de 2022, a rubrica Fornecimentos e serviços externos ascendeu a Eur 775.474,42 (2021: 282.853,81), registando-se um aumento face ao valor do ano anterior, em cerca de 174,2%. O aumento verificado nesta rubrica, resulta, na sua essência, da entrada em atividade operacional do “Cabo *Ellalink*”, desde o 2º trimestre de 2022, e, do custo associado às componentes de “Opex” - operação e manutenção do cabo submarino.

## 21 Gastos com pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2022	2021
Remunerações do pessoal	430 781,76	439 968,48
Encargos sobre remunerações	93 539,75	95 000,98
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4 186,76	4 866,90
Outros gastos com o pessoal	3 908,85	5 009,83
	532 417,12	544 846,19

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa, no período, foi de 20 (2021: 22).

## 22 Outros rendimentos

A rubrica Outros rendimentos diz respeito essencialmente à faturação de serviços de aluguer de espaço, ocupado por instalações técnicas de operadores de telecomunicações.

## 23 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos refere-se a custos com impostos e taxas suportados e liquidados no ano de 2022.

## 24 Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização diz respeito a Gastos com a amortização de Ativos fixos tangíveis, conforme apresentado na nota 5.

## 25 Juros e rendimentos similares obtidos

A rubrica Juros e rendimentos similares obtidos respeita a juros recebidos de instituições financeiras.

## 26 Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares inclui essencialmente serviços, comissões, custos com emissão de garantias bancárias e outros custos bancários, pagos a instituições financeiras.

## 27 Imposto sobre o rendimento do período

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de IRC em 2022, é analisada como segue:

	31-dez-22		
	Taxa	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	21,00%	221 434,75	46 501,30
Benefícios fiscais	0,00%	0,00	0,00
Derrama estadual	0,00%	0,00	0,00
Outros ajustamentos	0,00%	0,00	0,00
Tributação autónoma	0,32%	3 333,05	699,94
	<b>21,32%</b>	<b>224 767,80</b>	<b>47 201,24</b>

## 28 Divulgações de partes relacionadas

Com referência a 31 de dezembro de 2022, a estrutura acionista da Empresa, é a seguinte:

	(número de quotas)	
	31/12/2022	31/12/2021
EEM	1	1
	1	1

As transações entre partes relacionadas, apresentam-se como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	2022	2021
<b>Vendas e prestações de serviço</b>		
Empresa-mãe	334 764,41	328 017,83
Outras empresas do Grupo		
Total	334 764,41	328 017,83
<b>Gastos</b>		
Empresa-mãe	55 629,11	27 827,28
Outras empresas do Grupo		
Total	55 629,11	27 827,28

Os saldos com partes relacionadas, apresentam-se como segue:

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
<b>Activos</b>		
Empresa-mãe	108 276,26	3 728,63
Total	108 276,26	3 728,63
<b>Passivos</b>		
Empresa-mãe	5 662,25	-
Total	5 662,25	-

Durante o exercício de 2022, não existiu qualquer custo com a remuneração dos membros da Gerência.

## 29 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os compromissos que não figuram no balanço, referentes a garantias bancárias, são analisados como se segue

*(valores em euros)*

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Garantias bancárias prestadas pela Emacom	86 525,44	86 525,44
	86 525,44	86 525,44

Estas garantias bancárias foram prestadas pela Empresa, no âmbito do contrato celebrado entre a Emacom e o Governo Regional da RAM.

O Contabilista Certificado

A Gerência da Empresa